



Alexandra Manes*

Enganar descaradamente

O modo de atuar do Governo Regional ficou, mais uma vez, evidente aquando do debate de duas propostas, no último plenário.

Na proposta para o aumento da remuneração complementar, da iniciativa do governo, para além da mentira consentida de apresentar dois escalões vazios, fazendo com que as trabalhadoras e trabalhadores da Administração Pública Regional acreditassem que receberiam 90% e 85% do valor atual da remuneração complementar, ficou claro o desfasamento entre aquela que é a posição do sindicalista do SINTAP Francisco Pimentel, atual deputado à Assembleia da República eleito pelo PSD pelo círculo eleitoral dos Açores, e a posição do seu partido (PSD) na nossa região. Francisco Pimentel defendeu que a remuneração complementar deveria contemplar até aos 2000 euros.

Em virtude das muitas dificuldades que se sentem, o BE apresentou uma proposta mais abrangente e que contemplava os níveis remuneratórios posicionados até à 29ª posição da Tabela remuneratória única, ou seja até aos 2017,58€, ao contrário da proposta do Governo que se ficava pela 17ª posição, ou seja até aos 1385,99€.

A direita, embora encha o peito para falar da classe média, fez questão de votar contra, deixando de fora aquelas pessoas que considera ter de um nível de vida acima da média.

A intenção do BE, com a sua proposta, era a de garantir maior justiça e proporcionalidade na distribuição da remuneração complementar. A direita (PSD, CDS, PPM, Iniciativa Liberal e chega) votaram contra.

Outro exemplo chegou-nos através de uma proposta para que se regulamentasse o Enfermeiro de Família que já se encontra em letra da lei desde 2021. Desde 2021... e em setembro de 2023 continua sem ser regulamentado.

Mas, afinal, o que acontece quando o CDS chega ao governo regional? Nada. Nem as suas mais antigas promessas têm fim à vista. Vejamos: a proposta para a criação do Enfermeiro de Família teve a apresentação da sua intenção em 2008, pelo, então, deputado Artur Lima, hoje vice-presidente deste governo.

Em campanha para as regionais 2008-2012 fez do Enfermeiro de Família a proposta mor do seu programa eleitoral. Nessa altura, diziam, e passo a citar: "os Deputados do CDS-PP esperam poder ver aprovada a iniciativa a curto prazo

para que "a sua entrada em vigor seja possível ainda este ano". Embora o CDS tenha dado entrada da proposta e a mesma tenha sido debatida, em 2009, foi o CDS que retirou a sua iniciativa. Estávamos em 2009...

Já, na atual legislatura, em 2021, e suportando o atual governo, o CDS apresentou novamente a proposta, pelo deputado Pedro Pinto que dizia: "o CDS-PP Açores continua a acreditar e não desistiu da implementação do 'Enfermeiro de Família' e que 'Finalmente, após doze anos, esta iniciativa do CDS-PP vê a luz do dia'".

Só que dois anos após a sua aprovação, 20 meses após o prazo para a sua regulamentação, a saída de 3 secretários, inclusive o da saúde, e de duas secretárias, 2 diretores da cultura, doravante designada por assuntos culturais, e uns quantos rodopios de cadeiras, a regulamentação do enfermeiro de família nunca viu a luz do dia.

Aliás, do enfermeiro de família só se conhecem os outdoors do CDS que tal e qual o avião cargueiro nunca levantou voo dos cartazes.

Não sabemos a razão para tal. Se por demora num grupo de trabalho que tinha trabalho para 3 meses, se por falta de enfermeiros, pois durante a semana passada foi capa de um jornal regional a falta de 350 enfermeiros denunciado pelo Presidente da Ordem dos Enfermeiros ou se por desorganização no Sistema Regional de Saúde.

De duas coisas temos a certeza: os incentivos à classe de enfermagem nunca passaram de uma norma no Orçamento e de pouco servem as promessas do CDS, pois nem no governo as conseguem cumprir.

Outro facto a registar é o de o CDS, enquanto oposição, de 2008 a 2020 votaram contra os orçamentos do PS apenas 3 vezes, sendo que em 2019 e 2020 votaram favoravelmente. Ou seja, votaram a favor daquilo que hoje condenam.

E outra coisa é certa: tal como dizia Artur Lima, "a história não se reescreve", e esta história fica mal, muito mal ao CDS e ao governo.

Confiável? Não.

*Deputada BE/Açores



Tomás Quental Mota Vieira

João Pacheco de Melo: aliança entre verdade histórica e recriação

A poetisa Natália Correia parece que não gostava muito do historiador José Hermano Saraiva. Os génios nem sempre combinam. Natália terá dito uma vez que havia muita "poesia" nas dissertações de Saraiva, dando a entender que o notável historiador recriava ou imaginava, por vezes, supostas situações ou supostos factos que terão ocorrido muitos séculos antes de nós e de que não é possível ter a certeza absoluta do que realmente aconteceu.

Há uns anos, a Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT) realizou um congresso anual na cidade de Olinda, no estado de Pernambuco, no Brasil. Estiveram presentes uns quinhentos congressistas, tanto portugueses como brasileiros. Foi um grande sucesso! Participei como jornalista representante da agência noticiosa portuguesa, a Lusa.

A APAVT convidou José Hermano Saraiva para fazer uma palestra na sessão inaugural do congresso. Ele, como é evidente, não deixou os seus créditos de competente investigador histórico e de excelente comunicador por mãos alheias. Falou de improviso durante cerca de uma hora, para mais do que para menos, sobre a chegada dos portugueses a Olinda, que tudo indica foi o primeiro local do Brasil onde se estabeleceram portugueses. Ele teve o cuidado de distinguir o que é conhecido documentalmente e o que se supõe ter acontecido, expondo as suas interpretações e conclusões pessoais. Nada de mais correto e honesto intelectualmente!

Ele próprio realçou que na História nem tudo são factos ou certezas, existe também alguma recriação, como forma de tentar compreender e descrever muito do passado, tantas vezes desconhecido em concreto e em profundidade. Recriar não é mentir. A alegada crítica de Natália Correia, que vi referida numa publicação, não terá sido muito assertiva, portanto. O "segredo" - digo eu agora - está em saber recriar, o que não é para todos: são necessários conhecimento histórico, cultura, honestidade intelectual, talento e rigor.

Do que conheço da obra do historiador e escritor micalense João Pacheco de Melo - não conheço toda, reconheço -, eu diria que tem, também, verdade histórica e alguma recriação. Ele alia, de resto, sentido histórico e sentido literário. Não tem nada de mal, antes pelo contrário, pelas razões expostas. Efectivamente, revela conhecimento histórico, cultura, honestidade intelectual, talento e rigor. Muito bem!

João Pacheco de Melo tem dedicado muito do seu tempo a investigar o passado da hoje freguesia de Santa Clara, em Ponta Delgada, nesta ilha de São Miguel. Mas vejo-o com muita energia e muita vontade de continuar a percorrer os caminhos da História, nem sempre fáceis, como sabemos, pelo que é de esperar que continue a publicar trabalhos histórico-literários, tanto sobre Santa Clara como sobre outros aspectos da vida micalense e açoriana.